

# 17º

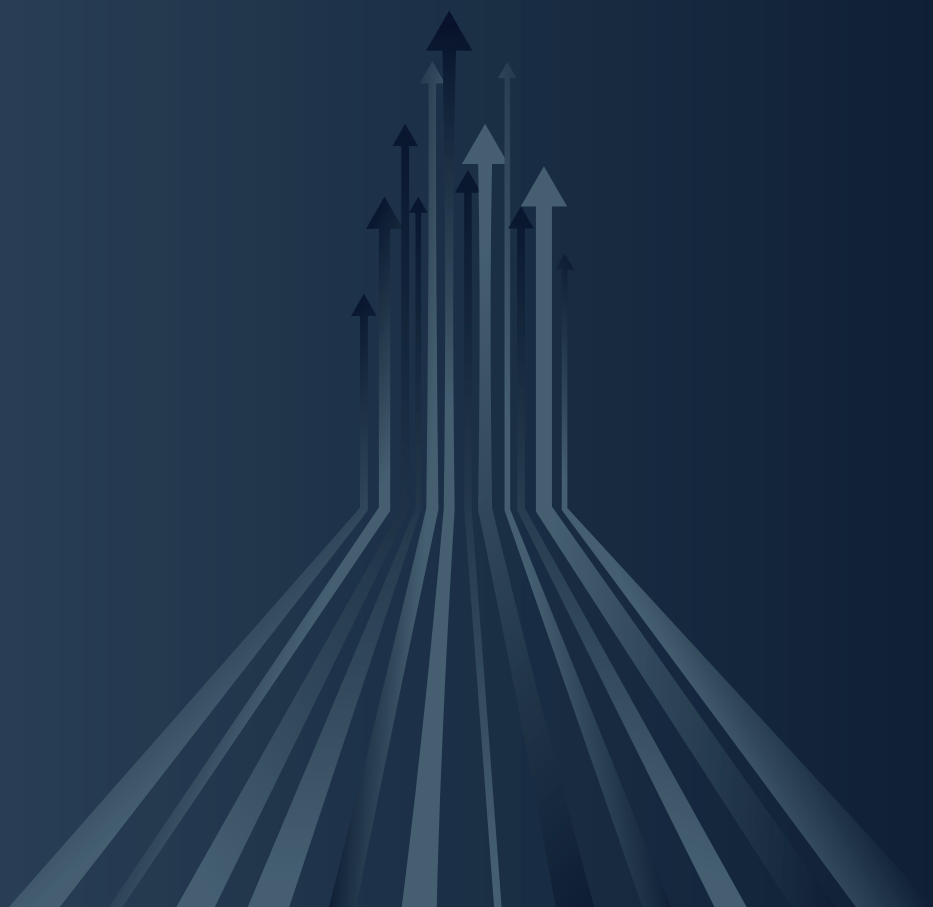
# ENCONTRO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

## 1ª REUNIÃO PREPARATÓRIA

9 DE JUNHO DE 2023



# RELATÓRIO





## CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

**Presidente:** Ministra Rosa Weber  
**Corregedor Nacional de Justiça:** Luis Felipe Salomão  
**Conselheiros:** Luiz Philippe Vieira de Mello Filho  
Mauro Pereira Martins  
Richard Pae Kim  
Salise Monteiro Sanchotene  
Márcio Luiz Coelho de Freitas  
Jane Granzoto Torres da Silva  
Giovanni Olsson  
Sidney Pessoa Madruga  
João Paulo Santos Schoucair  
Mario Henrique Goulart Ribeiro Maia  
Marcos Vinícius Jardim Rodrigues  
Marcello Terto e Silva  
Luis Fernando Bandeira de Mello Filho

**Secretário-Geral:** Gabriel Matos  
**Secretário Especial de Programas:** Ricardo Fioreze  
**Diretor-Geral:** Johaness Eck

**Organização:** Departamento de Gestão Estratégica (DGE)

**Diretora:** Fabiana Andrade Gomes e Silva  
**Chefe da Divisão de Gestão  
Estratégica do Poder Judiciário:** Gabriela Teixeira da Cunha Lobo  
**Seção de Planejamento Estratégico  
do Poder Judiciário:** Marcos Vinícius Silva Campos  
Natascha Barreto de Almeida Rangel

## EXPEDIENTE

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Secretária de Comunicação Social:** Cristine Genú  
**Chefe da Seção de  
Comunicação Institucional:** Rejane Neves  
**Projeto gráfico:** Marcelo Gomes

2023

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA  
SAF-SUL Quadra 2 Lotes 5/6, Brasília-DF  
Endereço eletrônico: [www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br)

# Sumário

<b>Introdução</b> .....	<b>5</b>
<b>Solenidade de Abertura</b> .....	<b>6</b>
<b>Acompanhamento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário</b> .....	<b>8</b>
<b>Metas Nacionais do Poder Judiciário – possível avanço na metodologia de conceituação</b> .....	<b>10</b>
<b>Justiça 4.0: Contribuições à Execução da Estratégia Nacional</b> .....	<b>12</b>
<b>Censo do Poder Judiciário – Balanço Parcial e Prêmio CNJ de Qualidade 2023</b> .....	<b>13</b>
<b>Atuação da Corregedoria Nacional para Execução da Estratégia do Poder Judiciário</b> .....	<b>15</b>
<b>Anexo I – Programação da 1ª Reunião Preparatória para o 17º Encontro Nacional do Poder Judiciário</b> .....	<b>17</b>
<b>Anexo II – Links das Apresentações do Evento</b> .....	<b>19</b>



# Introdução

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizou, no dia 9 de junho de 2023, a **1ª Reunião Preparatória para o 17.º Encontro Nacional do Poder Judiciário**. O evento foi realizado virtualmente por meio da plataforma Cisco Webex.

O evento contou com a participação de presidentes dos tribunais, de integrantes da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário e das áreas de Gestão Estratégica.

A 1ª Reunião Preparatória teve como objetivo realizar o acompanhamento da execução da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021–2026 e refletir sobre as políticas e os programas em execução do Poder Judiciário.

Ressalta-se que este relatório tem o propósito de expor de forma resumida o que foi apresentado e debatido no evento. Para tanto, exhibe referências, links e imagens dos principais acontecimentos.

O vídeo de apresentação da Reunião e dos respectivos painéis realizados no evento pode ser acessado pelo link: [1ª Reunião Preparatória – 17.º Encontro Nacional do Poder Judiciário](#).

# Solenidade de Abertura

A solenidade de abertura foi realizada pela presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Rosa Weber; pelo corregedor nacional de Justiça, ministro Luis Felipe Salomão; e pelo presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Lelio Bentes Corrêa.

Com a palavra, a presidente do CNJ, Rosa Weber, inicialmente ressaltou que o objetivo da reunião preparatória é monitorar a Estratégia Nacional do Poder Judiciário com apresentação dos principais resultados alcançados no curso do ano corrente, bem como das políticas judiciárias, dos projetos e das ações em andamento, e definir as metas nacionais por segmento de Justiça para o próximo exercício.

Em seguida, a ministra destacou os esforços empreendidos por todos os órgãos do Poder Judiciário durante o ano passado. Informou que, no ano de 2022, foram distribuídos para todo o Poder Judiciário 19 milhões de processos e julgados mais de 19 milhões e meio, gerando o alcance e cumprimento da Meta Nacional 1 em 103,18%.

Destacou também os resultados positivos relativos à taxa de congestionamento, visto que a Justiça Federal, a Justiça Estadual, a Justiça do Trabalho e a Justiça Militar da União e dos Estados alcançaram a meta em 2022 e reduziram suas taxas de congestionamento.

A ministra, ainda, discorreu a respeito do Programa Justiça 4.0 e o classificou como incentivo ao acesso à justiça digital, aprimorando a prestação da Justiça por meio de projetos e ações desenvolvidas para uso colaborativo de produtos que empregam ciência de dados e inteligência artificial. Por fim, a ministra Rosa Weber enfatizou o lançamento do Prêmio CNJ de Qualidade 2023, destacando as mudanças realizadas visando o aprimoramento do prêmio.

# 17º ENCONTRO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

1ª REUNIÃO PREPARATÓRIA



*Solenidade de Abertura*

# Acompanhamento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário

Posteriormente, compuseram a mesa, para apresentação do Acompanhamento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário, a juíza auxiliar do CNJ, Dayse Starling Motta, e a diretora do Departamento de Gestão Estratégica (DGE), Fabiana Andrade Gomes e Silva.

Com a palavra, a juíza auxiliar Dayse Starling Motta destacou que é na 1ª Reunião Preparatória que se inicia o debate sobre o estabelecimento das metas nacionais para o próximo ano. Ressaltou que as Metas Nacionais são apenas uma das formas para o acompanhamento da execução e do monitoramento do planejamento estratégico e destacou a participação dos tribunais ao responderem o questionário de acompanhamento, o que demonstrou a importância das metas e contribuiu para melhor aferição dos resultados.

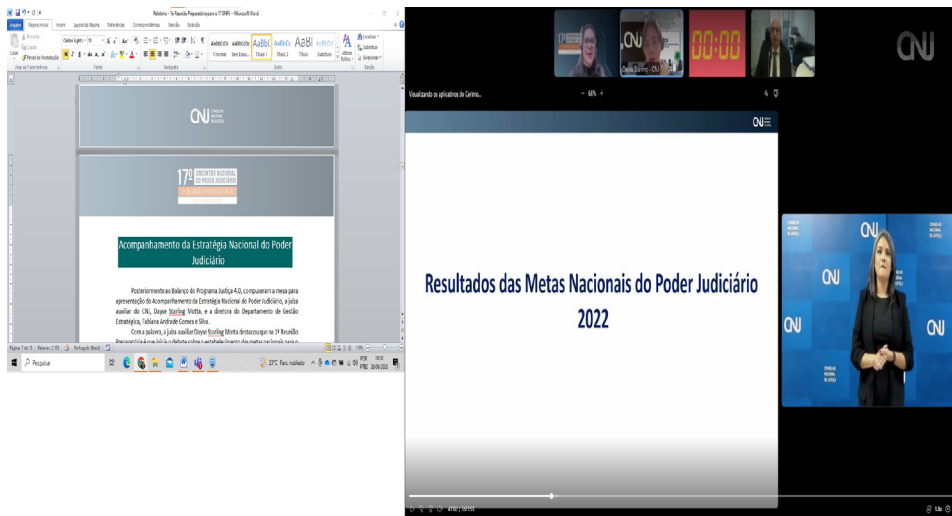
Em seguida, a diretora do DGE, Fabiana Gomes discorreu a respeito dos aspectos gerais, com o intuito de captar a percepção acerca da utilização pelos órgãos de ferramentas disponibilizadas pelo CNJ que facilitam a execução da Estratégia Nacional do Judiciário.

Fabiana Gomes também apresentou o acompanhamento dos Macrodesafios, destacando o grau de aderência de cada segmento de Justiça, e o acompanhamento das ações para o alcance das metas nacionais, apontando o grau de complexidade para o cumprimento da Meta, os fatores influenciadores de sua execução e as ações tomadas para melhorar o desempenho na Meta.

Por fim, a diretora apresentou, meta por meta, os resultados de cumprimento no ano de 2022, explicitando os percentuais alcançados pelos tribunais no ano em questão.

Para acessar a apresentação na íntegra, acesse [aqui](#).





**Acompanhamento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário**

# Metas Nacionais do Poder Judiciário – possível avanço na metodologia de conceituação

Em seguida, para apresentar o painel “Metas Nacionais do Poder Judiciário — possível avanço na metodologia de conceituação”, compuseram a mesa o secretário especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégicas (SEP) do CNJ, Dr. Ricardo Fioreze; o chefe da Seção de Monitoramento e Avaliação da Estratégia do DGE, Pedro Farage; e o diretor técnico do Departamento de Pesquisa Judiciárias (DPJ) do CNJ, Igor Tadeu Stemler.

O secretário especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégicas do CNJ iniciou afirmando que o CNJ tem prerrogativa de sempre buscar o aperfeiçoamento na definição das Metas Nacionais e trouxe uma reflexão sobre o impacto do julgamento dos processos mais antigos relativos à Meta Nacional 2, de forma a garantir a razoável duração do processo. Informou, ainda, que, segundo o Datajud, atualmente há cerca de 5 milhões de processos pendentes com mais de 15 anos.

Dr. Ricardo Fioreze lembrou também que o monitoramento das Metas Nacionais processuais de 2023 passou a ser apoiado pelo Datajud e revelou que essa mudança, apesar de relevante, tem sido trabalhosa e demandado bastante esforço conjunto do CNJ e dos tribunais.

Logo após, o chefe da Seção de Monitoramento e Avaliação da Estratégia fez breve contextualização do monitoramento das Metas Nacionais em 2023 por meio do Datajud.

Em seguida, o diretor técnico do DPJ do CNJ, Igor Tadeu Stemler, elencou uma série de informações dos processos antigos e pendentes líquido, oriundas do painel de estatística do Poder Judiciário.

Por fim, Pedro Farage apresentou uma proposta de metodologia para mensuração da Metas Nacionais 2 e 5. Para acessar a apresentação na íntegra, clique [aqui](#).

The image is a screenshot of a video conference. At the top, there is a header with the CNJ logo and a digital clock showing 08:31. Below the header, there are several small video thumbnails of participants. The main content area shows a presentation slide titled "Meta 2 – Julgar processos mais antigos". The slide features a large blue arrow pointing to the right, with three boxes inside it: a blue box with the text "Existência de um passivo de processos tramitando há muito tempo", a green box with "Metodologia atual da Meta 2 não foca nesses processos", and a green box with "Inclusão de um período dentro da Meta 2 exclusivo para esse passivo". To the right of the slide, a woman is visible in a video feed, standing in front of a blue background with the CNJ logo and the text "CONSELHO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO".

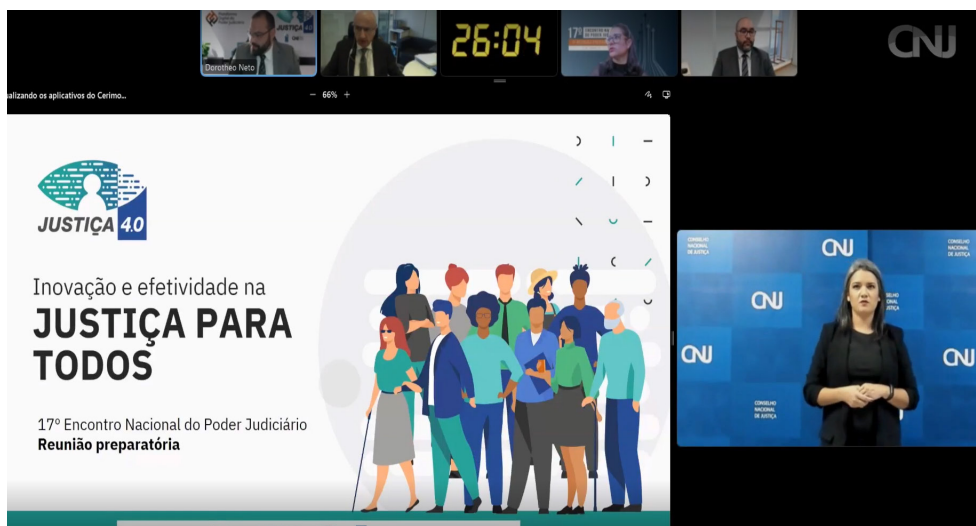
***Metas Nacionais do Poder Judiciário – possível avanço na metodologia de conceituação***

# Justiça 4.0: Contribuições à Execução da Estratégia Nacional

Para falar a respeito da Justiça 4.0: Contribuições à Execução da Estratégia Nacional, compuseram a mesa os juízes auxiliares da Presidência Dorotheo Barbosa Neto e João Thiago de França Guerra.

Inicialmente, o Dr. Dorotheo Barbosa Neto apresentou o estágio atual de algumas soluções tecnológicas que resultam da execução da política judiciária nacional e do Justiça 4.0, que é a política de transformação digital do Poder Judiciário.

Logo após, o Dr. João Thiago de França Guerra apresentou algumas soluções tecnológicas da atual gestão, que já estão em efetiva produção pelo CNJ, dentro do Programa Justiça 4.0.



**Justiça 4.0: Contribuições à Execução da Estratégia Nacional**

# Censo do Poder Judiciário – Balanço Parcial e Prêmio CNJ de Qualidade 2023

Para compor o painel, foram convidadas a juíza auxiliar da Presidência e coordenadora do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) do CNJ, Dra. Ana Lúcia Andrade de Aguiar, e a diretora-executiva do DPJ, Gabriela Soares.

Com a palavra, a diretora-executiva do DPJ proferiu breves esclarecimentos sobre o Censo do Poder Judiciário, apresentando as informações solicitadas no questionário.

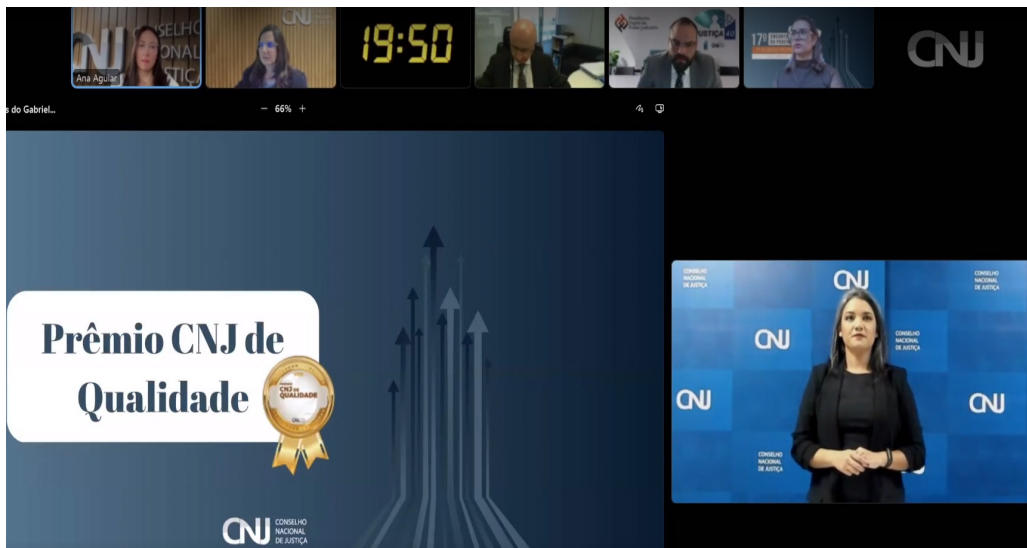
Em seguida, a juíza auxiliar explicou que as respostas recebidas do questionário são armazenadas de forma sigilosa e que não há divulgação dos dados pessoais dos respondentes. Em continuidade, a Dra. Ana Lúcia Andrade de Aguiar apresentou o balanço parcial do Censo até o momento.

Sobre o Prêmio CNJ de Qualidade 2023, a Dra. Ana Lúcia esclareceu as principais mudanças no prêmio em relação ao ano anterior e expôs de forma global os principais requisitos do Prêmio, junto aos prazos de recurso e impugnações.

A diretora do DPJ indicou, por fim, que as informações a respeito do Prêmio CNJ de Qualidade estão reunidas no seguinte endereço eletrônico: <https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/premio-cnj-de-qualidade/>.

# 17º ENCONTRO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

1ª REUNIÃO PREPARATÓRIA



*Prêmio CNJ de Qualidade 2023*

# Atuação da Corregedoria Nacional para Execução da Estratégia do Poder Judiciário

Para a apresentação do painel “Atuação da Corregedoria Nacional para Execução da Estratégia do Poder Judiciário”, foram convidadas à mesa a juíza auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, Dra. Caroline Tauk, a juíza auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, Dra. Carolina Ranzolin, e o juiz auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, Dr. Otavio Port.

A juíza Carolina Ranzolin discorreu sobre a Diretriz Estratégica da Corregedoria Nacional de Justiça n. 11 para o ano de 2023: Desenvolver protocolos institucionais entre tribunais, entidade da sociedade civil, instituições de ensino, empreendedores e empresários, objetivando viabilizar o processo de desinstitucionalização do jovem que vive em casa de acolhimento institucional ao completar 18 anos. A juíza auxiliar anunciou a nacionalização do programa Novos Caminhos, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), que possui o objetivo de transformar a realidade de crianças e adolescentes em situação de acolhimento para que conquistem uma vida digna e autônoma.

Com a palavra, a juíza Caroline Tauk destacou que a Corregedoria Nacional de Justiça fixa metas para as corregedorias dos tribunais como forma de monitoramento e controle. Logo em seguida, a juíza apresentou os resultados das metas e as diretrizes da corregedoria fixadas para o ano de 2022.

# 17º ENCONTRO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

## 1ª REUNIÃO PREPARATÓRIA

Logo após, o juiz Otavio Port expôs as metas e diretrizes da corregedoria para o ano de 2023, com a apuração parcial até o mês de abril de 2023.

Para encerrar o evento, o ministro Luis Felipe Salomão, corregedor nacional de Justiça, declarou que os eventos preparatórios para o Encontro Nacional são um marco no Poder Judiciário e que é possível perceber que uma das prioridades do CNJ é a Estratégia Nacional. Por fim, agradeceu a presença de todos e os trabalhos realizados visando aprimorar a gestão do Poder Judiciário.





# Anexo I – Programação da 1ª Reunião Preparatória para o 17º Encontro Nacional do Poder Judiciário

**Data:** 9 de junho de 2023

**Público-Alvo:** Representantes dos tribunais e da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário

**Objetivos:** Acompanhamento da execução da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021–2026 e Reflexão sobre as políticas e programas do Poder Judiciário em execução.

9 de junho de 2023	
14h	<b>Solenidade de Abertura</b> <b>Ministra Rosa Weber</b> , Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça <b>Ministro Luis Felipe Salomão</b> , Corregedor Nacional de Justiça
14h20	<b>Acompanhamento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Apresentação do Relatório de acompanhamento das ações para o alcance dos macro-desafios, nos anos de 2021 e 2022, e das metas nacionais, no ano de 2022, bem como da avaliação de aspectos gerais do ciclo da Estratégia.</li><li>• Apresentação dos Resultados das Metas Nacionais 2022</li></ul> <b>Dra. Dayse Starling Moffa</b> - Juíza Auxiliar da Presidência do CNJ <b>Fabiana Andrade Gomes e Silva</b> , Diretora do Departamento de Gestão Estratégica do CNJ
14h50	<b>Metas Nacionais do Poder Judiciário – possível avanço na metodologia de conceituação</b> <b>Dr. Ricardo Fioreze</b> – Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica do CNJ <b>Igor Tadeu Stemler</b> – Diretor Técnico do Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ. <b>Pedro Farage</b> – Chefe da Seção de Monitoramento e Avaliação da Estratégia – SEMAE (DGE) do CNJ
15h50	<b>Censo do Poder Judiciário – Balanço Parcial</b> <b>Dra. Ana Lucia Andrade de Aguiar</b> - Juíza Auxiliar da Presidência do CNJ <b>Gabriela Moreira de Azevedo Soares</b> – Diretora Executiva do Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ
16h	<b>Prêmio CNJ de Qualidade 2023</b> <b>Dra. Ana Lucia Andrade de Aguiar</b> - Juíza Auxiliar da Presidência do CNJ <b>Gabriela Moreira de Azevedo Soares</b> – Diretora Executiva do Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ
16h20	<b>Atuação da Corregedoria Nacional para Execução da Estratégia do Poder Judiciário</b> <b>Ministro Luis Felipe Salomão</b> , Corregedor Nacional de Justiça <b>Dra. Caroline Tauk</b> , Juíza Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça <b>Dr. Otávio Port</b> , Juiz Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça <b>Dra. Carolina Ranzolin</b> , Juíza Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça
16h50	<b>Encerramento</b>

# Anexo II – Links das Apresentações do Evento

A seguir, as apresentações exibidas pelos palestrantes durante a Reunião Preparatória:

**Apresentação Acompanhamento da Estratégia Nacional 2021-2022**

**Apresentação – Avanço metodologia metas 2 e 5**

**Inovação e efetividade na Justiça para todos**

**Nacionalização do Programa Novos Caminhos e**

**Metas e Diretrizes Estratégicas da Corregedoria.**

